

Minuta de

LICENÇA DE ATIVIDADE PARA O ABASTECIMENTO DE BANCAS A NAVIOS POR MEIOS MÓVEIS FLUTUANTES NO PORTO DE SINES

A APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, adiante designada por APS, S.A. ou entidade licenciadora, criada pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, redenominada pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março, com o capital social de 80 milhões de Euros, pessoa coletiva n.º 501 208 950, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sines, com sede na Rua do Porto Industrial, 7520-953 em Sines, representada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. João Paulo Farinha Franco, confere, pelo presente título, nos termos da alínea a) do número 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 337/98, e por deliberação do Conselho de Administração de xx de xxxxxx de 20xx, licença para o exercício da atividade de abastecimento de bancas a navios que demandem o Porto de Sines, a favor da sociedade xxxxxx, pessoa coletiva n.º xxx xxx xxx, com capital social de € xx.xxx,xx, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de xxxxxx, com sede na xxxxxx, adiante designada abreviadamente por licenciada, nas seguintes condições:

PRIMEIRA: A APS, S.A., concede à licenciada o direito a efetuar o abastecimento de combustíveis líquidos a navios surtos no Porto de Sines através de meios móveis flutuantes.

SEGUNDA: 1. A licenciada obriga-se a garantir, de acordo com as condições comerciais que praticar, a prestação do serviço de abastecimento de bancas a todos

os navios que demandem o Porto de Sines, mediante solicitação destes, com exceção dos que se encontrem atracados nos terminais petroleiro e petroquímico.

2. A licenciada poderá prestar estes serviços fora da área de jurisdição portuária, desde que daí não resulte prejuízo para a qualidade e celeridade na prestação dos serviços aos navios que demandem o porto.

3. A(s) unidade(s) flutuante(s), quando na situação descrita no número 2., será(ão) considerada(s) em operação comercial, estando sujeita à aplicação das tarifas portuárias, de acordo com os Regulamentos de Tarifas em vigor.

4. A(s) unidade(s) flutuante(s) afeta(s) à atividade licenciada é(são) a(s) constante(s) da lista de meios, em Anexo III, que enquanto se encontre(m) na área portuária disporá(ão), (cada uma delas), de pelo menos um vigia em permanência a bordo.

5. Qualquer alteração, no número ou características da(s) unidade(s) afeta(s) à atividade, deverá ser solicitada previamente à APS, S.A., com uma antecedência mínima de 3 (três) meses. Constituem exceção ao anteriormente referido, os casos de acréscimo temporário de unidades por um prazo de utilização até 2 (dois) meses, nos quais o pedido de afetação de unidades à APS, S.A. será efetuado com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

6. A(s) unidade(s) flutuante(s) afeta(s) à licença, salvo na situação descrita no número 2, está(ão) isenta(s) da tarifa de uso do porto, constante do Regulamento de Tarifas em vigor.

7. A(s) unidade(s) flutuante(s) afeta(s) à licença, salvo na situação descrita no número 2, poderá(ão) estar isenta(s) da obrigatoriedade do serviço de pilotagem e de reboques, em conformidade com o previsto no Regulamento de Exploração do Porto de Sines, em vigor.

TERCEIRA: 1. A licenciada e os seus agentes obrigam-se ao cumprimento dos regulamentos, normas e procedimentos em vigor no porto, nomeadamente o Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança do Porto de Sines e normas complementares e os Regulamentos de Tarifas.

2. A licenciada obriga-se a facilitar as ações de fiscalização que a APS, S.A. entenda efetuar, designadamente à sua organização, aos seus registos contabilísticos e documentais, exclusivamente no que respeita à atividade licenciada, bem como à(s) unidade(s) afeta(s) a esta atividade.

QUARTA: A licenciada obriga-se a manter ligação ao sistema informático de gestão portuária em utilização pela Comunidade Portuária, atualmente a Janela Única Portuária, recebendo e introduzindo neste as informações e os dados que vierem a ser considerados de sua responsabilidade.

QUINTA: A licenciada obriga-se a contratar seguros adequados à(s) unidade(s) afeta(s) à atividade licenciada, devendo, nomeadamente, contratar seguro de responsabilidade civil e de responsabilidade ambiental até € 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil euros) que garanta o ressarcimento de eventuais danos causados à APS, S.A., a terceiros ou ao ambiente, em consequência da sua atividade, conforme cópias das respetivas apólices, em Anexo II.

SEXTA: 1. A presente licença é válida por um período de 5 (cinco) anos, com início em **xx** de **xxxx** de 20**xx**, podendo ser prorrogada, a solicitação por escrito da licenciada, com antecedência mínima de 6 (seis) meses relativamente ao seu termo, por períodos idênticos, desde que da prorrogação não resulte grave prejuízo para o interesse público e seja mantido o seu objeto.

2. A licenciada reserva-se o direito de renunciar, fundamentadamente, ainda antes do termo de vigência da licença, ao presente licenciamento, desde que o faça com um pré-aviso de 6 (seis) meses.

3. A APS,S.A., em caso de comprovado interesse público, poderá antecipar o termo da licença, com pré-aviso não inferior a 6 (seis) meses.

SÉTIMA: 1. Pela licença para o exercício da atividade de abastecimento de bancas a navios, a licenciada pagará:

a) uma taxa anual fixa, pela utilização da 1ª unidade flutuante, de acordo com os seguintes escalões de GT:

Até 500 GT	€ 66.761,67 [valor de 2015]
De 501 a 1000 GT	€ 75.062,74 [valor de 2015]
De 1001 a 1500 GT	€ 83.452,11 [valor de 2015]
De 1501 a 2000 GT	€ 88.309,10 [valor de 2015]
Mais de 2000 GT	€ 92.724,57 [valor de 2015]

b) caso o escalão definido em a) seja alcançado através do licenciamento de mais do que uma unidade, um acréscimo de:

5% pela utilização de 2 (duas) unidades;

10% pela utilização de 3 (três) unidades;

15% pela utilização de 4 (quatro) ou mais unidades.

c) Uma taxa variável de €0,5046 [valor de 2015] por tonelada métrica fornecida, por operação.

d) O preço de todos os serviços ou fornecimentos que lhe sejam prestados pela concedente ou por entidades licenciadas, de acordo com os Regulamentos de Tarifas em vigor.

- 2.** As taxas anuais referidas em 1.a) e 1.b) serão liquidadas numa só prestação em 1 de Janeiro de cada ano de licenciamento, salvo a primeira prestação que será liquidada no ato da assinatura da licença, de acordo com os duodécimos correspondentes.
- 3.** As taxas referidas em 1.a) e 1.b) serão revistas e devidas na data de aprovação do pedido, apresentado pela licenciada, para alteração do escalão ou do número de unidades.
- 4.** A taxa referida em 1.c) será paga mensalmente devendo, para o efeito, a licenciada fornecer, até ao 8º dia útil do mês seguinte, uma listagem de todas as operações de abastecimento de bancas por unidades flutuantes efetuadas no Porto de Sines.
- 5.** As taxas referidas em 1.d) serão faturadas por fornecimento ou prestação de serviço, ou conforme acordo estabelecido entre a licenciada e a entidade prestadora do serviço, e serão revistas de acordo com os tarifários respetivos, da concedente ou por esta aprovados.
- 6.** O valor das taxas referidas nos números 1.a) e 1.c) será atualizado a 1 de janeiro de cada ano civil pela aplicação da variação média dos últimos 12 meses, referenciada a outubro do ano anterior, do Índice de Preços no Consumidor (IPC), sem habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).
- 7.** Os pedidos de alteração para escalões inferiores de GT, ou diminuição do número de unidades, só produzirão efeitos no início do ano seguinte de licenciamento e aos restantes pedidos será aplicado o valor de acréscimo proporcional ao período de tempo que decorrerá até ao fim do ano em causa.

OITAVA: A APS, S.A., proporcionará locais de estacionamento adequados para a(s) embarcação(ões) afeta(s) à atividade licenciada, nos fundeadouros estabelecidos ou em áreas livres do porto.

NONA: A licenciada só poderá transmitir a sua posição, total ou parcialmente, seja a que título for, com prévia autorização da APS, S.A..

DÉCIMA: 1. A presente licença rege-se pela lei portuguesa e os conflitos emergentes da sua utilização serão submetidos ao Tribunal Administrativo territorial e hierarquicamente competente.

2. Sem prejuízo do disposto no número 1., a APS, S.A. e a licenciada procurarão resolver todos os diferendos por acordo, ou poderão estabelecer compromissos arbitrais.

DÉCIMA – PRIMEIRA: Fazem parte integrante da presente licença, como anexos, os seguintes documentos:

- a) Anexo I – Documentos apresentados como pré-requisitos à atribuição da licença: certidão de registo comercial da empresa; documento comprovativo da regularização da situação contributiva para a segurança social portuguesa; documento comprovativo da regularização da situação tributária perante o Estado Português.
- b) Anexo II – Cópias das apólices de seguro;
- c) Anexo III – Lista de meios humanos, materiais e respetivas características, afetos à atividade licenciada.

Pela licenciada foi prestada caução, através de **xxxx**, no valor de € 100.000 (cem mil euros).

Sines, xx de xxxx de 20xx

**Pel' O Conselho de Administração da
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.**

João Paulo Farinha Franco
Presidente